

## **PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO BAIRRO JARDIM BAHIA EM SANTO ANTONIO DE JESUS/BA.**

Geanne Souza Brito<sup>1</sup>  
Rocío Kustner Castro<sup>2</sup>

**RESUMO:** *O presente projeto de pesquisa tem como objetivo articular o diálogo na comunidade que circunda a UNEB-Campus V (bairro Jardim Bahia, em Santo Antônio de Jesus) num fórum de debate que possibilite o processo de participação cidadã na construção de um plano de ação local, tendo como referência a Agenda 21, um importante documento que propõe reunir diversos setores da sociedade na busca de melhorias aos lugares em que vivem e de um desenvolvimento local sustentável. Nessa linha, a metodologia que mais cabe é a pesquisa-ação, pois permite ao pesquisador interagir para e com os sujeitos de sua pesquisa, trocando experiências e com o intuito de viabilizar uma maior dialogicidade entre sujeitos locais direcionada a procura de soluções para a problemática socioambiental através da identificação dos sujeitos com o lugar e buscando o compromisso da Universidade com a comunidade.*

**Palavras-chave:** Participação cidadã; Agenda 21; Desenvolvimento local sustentável.

### **1. INTRODUÇÃO**

A realidade das cidades brasileiras expõe as diversas problemáticas de uma urbanização desordenada e precária, favorecida na atualidade com o avanço da crise do estado através da sua adequação ao neoliberalismo, que possui como cartilha a concepção do estado mínimo isento de responsabilidades sociais.

Os governos municipais também estão atrelados a esta lógica, deixando de lado cuidados básicos com uma organização urbanística atenta as questões socioambientais. Santo Antônio de Jesus município do estado da Bahia, como a maior parte das cidades brasileiras apresenta problemas de infra-estrutura e de saneamento básico. Nesse contexto situa-se o bairro Jardim Bahia, no qual existem variados problemas devido a ausência de políticas públicas eficazes e como esse bairro esta no entorno da Universidade do Estado da Bahia, que como espaço privilegiado do conhecimento trabalha em suas linhas de pesquisas com sustentabilidade tendo então a responsabilidade social perante a construção coletiva de um plano de ação socioambiental junto com a comunidade.

Nesta linha, o presente trabalho tem como objetivo central articular o diálogo na comunidade que circunda a Universidade do Estado da Bahia - Campus V (bairro Jardim Bahia) num fórum de debate que possibilite o processo de participação cidadã na construção de um diagnóstico local integrado a um plano de ação socioambiental baseado na Agenda 21, através da mobilização coletiva para ações promotoras de um desenvolvimento local sustentável.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Santo Antonio de Jesus, Bahia. E-mail: [geabrito@yahoo.com.br](mailto:geabrito@yahoo.com.br). Autora.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Mestrado Multidisciplinar em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional e do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Santo Antonio de Jesus/BA. E-mail: [rocio\\_kustner@yahoo.com.br](mailto:rocio_kustner@yahoo.com.br). Orientadora.

A pesquisa objetiva planejar e articular esse debate com os segmentos sociais no bairro Jardim Bahia em Santo Antonio de Jesus, num fórum de discussão que possa viabilizar um plano de ação enfocando as problemáticas relativas ao meio ambiente local, principalmente o esgotamento sanitário inadequado, a poluição por resíduos sólidos, tanto do solo como dos recursos hídricos.

Para tal intento é premente a promoção da participação cidadã, pois fundamenta o eixo mais importante da Agenda 21, documento que contém inúmeras estratégias no sentido de construir as bases para o desenvolvimento local sustentável através de planos de ação integrando diversos setores da sociedade. Os atores sociais locais quando se organizam em torno de um objeto comum, podem se articular para garantir, entre outras coisas, uma maior integração com o poder público municipal na busca de seus direitos e para melhoria da comunidade.

A metodologia escolhida foi a pesquisa-ação que como coloca Demo (1985, pág.126) “é um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social dos participantes que são oprimidos.” Nesse sentido, essa metodologia permite que o pesquisador interaja diretamente para e com os sujeitos de sua pesquisa, que nesse caso são lideranças, professores e moradores do bairro Jardim Bahia interessados na construção coletiva do plano de ação socioambiental.

A pesquisa se encontra nos dois primeiros momentos, sendo que neste trabalho vamos apresentar seus resultados: inicialmente com o estudo de bibliografias relacionadas à participação cidadã, desenvolvimento local sustentável e Agenda 21, seguido da procura de dados para a caracterização do bairro; num segundo momento com o levantamento das lideranças da comunidade, da universidade, do comércio local e do poder público interessadas na criação do fórum de debate para a construção de um plano de ação local. Num terceiro momento pretende-se realizar grupos focais com jovens, homens e mulheres do bairro para discutir a problemática urbano-ambiental e como esta pode ser melhorada com a participação de todos. As informações obtidas nos grupos focais auxiliarão para a elaboração de questionários que serão aplicados a moradores do bairro, num quarto momento, junto com entrevistas semi-estruturadas a lideranças comunitárias e do poder público. Num quinto e último momento será feita à análise dos resultados da pesquisa de campo e das resoluções advindas dos fóruns de debate a luz das teorias contempladas.

## **2. AGENDA 21 E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

O atual momento do avanço capitalista denominado como globalização baseia-se na tríade tecnologia, ciência e informação, propiciando uma maior interligação entre os lugares, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente aumenta as desigualdades entre eles. (SANTOS, 2000) Essa realidade fomenta reflexões acerca do desenvolvimento econômico, e si este por si só responde as demandas sociais, dessa forma surge o conceito de desenvolvimento sustentável, tentando incluir aspectos socioambientais na discussão de que tipo de desenvolvimento é necessário á sociedade.

Segundo Novais (2005, p.324) o desenvolvimento sustentável seria “aquele capaz de atender às necessidades das atuais gerações sem comprometer os direitos das futuras gerações.” Esse novo paradigma de desenvolvimento insere importantes demandas visando uma maior equidade de direitos e renda para todos, atentando também as questões socioambientais quando

coloca, principalmente, a necessidade do repensar o modo produção atual e como ele compromete os recursos naturais do planeta.

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável aparece inicialmente na década de 60, liga-se ao contexto de problemas ambientais que não mais se restringem ao local, mas sim, provocam conseqüências em âmbito global, e atingem tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento. Portanto, fenômenos como o aumento da camada de ozônio, o aumento do efeito estufa e as chuvas ácidas, se configuram como problemas globais e a busca de ações para a amenização de suas conseqüências, ou mesmo a solução destes começam a ser procuradas em variados fóruns, conselhos, conferências e pela criação de redes e organizações não governamentais na busca de uma maior colaboração entre todos.

Essas discussões se reafirmam através da reflexão de que uma sociedade cada vez mais adepta do consumo exacerbado onde a quantidade de produtos descartáveis e supérfluos são cada vez mais utilizados e que tem o meio ambiente como depositário de resíduos não se sustenta. Analisar as conseqüências da valorização do consumismo se faz indispensável diante da degradação ambiental com o aumento da exploração de matérias-primas e da geração de resíduos.

O novo enfoque que entende o desenvolvimento não só como crescimento econômico, somente poderá se concretizar se houver mudanças profundas no modelo econômico e cultural que explora de forma predatória a natureza e tem um padrão de consumo que pode comprometer o planeta para os que estão por vir. Ou seja, o modelo atual de crescimento econômico é divulgado equivocadamente, como se o PIB (Produto Interno Bruto) fosse base para analisar o desenvolvimento, não refletindo a necessária distribuição das riquezas. Como afirma Andion (2003, p.1041): “Percebe-se tanto no campo teórico quanto prático o fortalecimento e a legitimação de iniciativas da sociedade civil que buscam articular as esferas econômica e social e propõem novas alternativas de desenvolvimento.” Com isso é imprescindível que a sociedade tente participar ativamente de uma cidadania plena. (CASTRO e SOUZA, 2006)

Nesse contexto, a Agenda 21 constitui-se uma importante tentativa de integrar a sociedade na procura de sustentabilidade, através da formação de redes de participação estabelecidas entre o poder público e a sociedade civil organizada. Em palavras de Novaes (2005, p.323) “é um processo de participação em que a sociedade, os governos, os setores econômicos e sociais sentam-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos envolvidos e pactuar formas de resolvê-los, de modo a construir o que tem sido chamado de sustentabilidade ampliada e progressiva.” O documento, criado na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente em 1972, na cidade de Estocolmo, está contido no relatório chamado Nosso Futuro Comum e sistematiza as novas dimensões que um desenvolvimento sustentável deve ter, entre eles o respeito e cuidado com a vida, a redução das desigualdades sociais e a preservação da natureza em benefício da humanidade. (ACSELRAD, 1999)

Uma das premissas básicas da Agenda 21 como documento com estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável é a participação cidadã, que com uma ação coletiva promova um maior contato e fiscalização do poder público e das empresas, projetando novas alternativas de gestão política sempre objetivando um aproveitamento dos recursos naturais sem levá-los ao esgotamento pelo consumo desenfreado através da responsabilização de todos.

Na sociedade brasileira a participação cidadã enfrenta entraves posto que existe um histórico político de pouca inserção da maior parte da população no processo de gestão pública ligado à concentração do poder por séculos na mão de algumas elites e, conseqüentemente, à

pouca acessibilidade do povo a uma educação de qualidade e ao conhecimento de seus deveres e direitos enquanto cidadão capaz de tomar decisões.

A participação no Brasil começa a despontar de maneira mais organizada através dos movimentos sociais e de manifestações de sujeitos em busca de reconhecimento de suas vozes e direitos, principalmente no período para redemocratização do país no fim da ditadura militar, onde nascem os partidos políticos e a partir desse momento, como coloca Teixeira (1997, p. 9): “A participação cidadã nas suas diferentes dimensões, utilizando mecanismos institucionais, contribui para o fortalecimento da sociedade civil que passa a exercer um importante papel na democratização do Estado e das instituições.”

Na luta por democracia participativa houve conquistas graduais pela participação eleitoral e a criação de canais de participação e mecanismos para fiscalização do Estado pela população como, por exemplo, os Conselhos Municipais, amparados pela Constituição democrática de 1988, que enfoca elementos essenciais à procura de autonomia na escala local, na qual, a esfera municipal configura-se como importante espaço de cidadania ativa (CASTRO, 2005). No caso, o bairro Jardim Bahia em Santo Antonio de Jesus como escala ainda mais próxima dos atores sociais por ser lugar de vivência diária, pode ser espaço propício à organização e participação dos habitantes através de um fórum de debate construído a partir do presente projeto na luta por direitos e por políticas públicas feitas consensualmente para o bem geral e que respeite as particularidades e as demandas locais. Posto que em palavras de Pinsky (2004, p. 23): “O fortalecimento da sociedade civil e sua participação na gestão do Estado não implicam na substituição do Estado, mas principalmente no seu fortalecimento, na melhoria dos serviços públicos e no aprofundamento dos ideais democráticos.”

A partir disso, essa Constituição coloca os atores sociais como agentes de mudança de suas realidades, por meio de uma maior responsabilização no destino de seus bairros e municípios, desde a escala local a escala global, pois quando há transformações em uma parte, o todo também se modifica no intento de que o modelo econômico que aumenta as disparidades seja superado com relações harmônicas no sentido comunitário envolvendo o cuidado com o meio. Esse cuidado liga-se a tentativa de trazer a comunidade, no bairro em estudo, a refletir, debater sobre a relação sociedade-natureza e os aspectos socioambientais locais e as suas problemáticas e como essas impactam o seu cotidiano.

Todo esse processo influencia de maneira decisiva para que o crescimento econômico não seja confundido como desenvolvimento e que a cidade desenvolvida seja pensada como aquela que proporciona a seus habitantes bem-estar, saúde e educação de qualidade e principalmente a segurança de ter perspectivas de um futuro digno. Isso deve advir de conquistas feitas pela participação cidadã, pois como coloca Carlos (1996, p. 68): “A cidade enquanto produto histórico e social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos, e com sua história. Portanto, ela vai se transformando à medida que a sociedade como um todo se modifica.” Ou seja, a capacidade humana de transformação se direcionada a um desenvolvimento humano, social e sustentável que pode convergir para a melhoria de vida da sociedade como um todo.

A cidade constitui um ambiente privilegiado da comunicação e da troca de experiências vividas no cotidiano. Os habitantes dos bairros convivem, geralmente, com a mesma realidade espacial, o que poderia servir para aproximar todos através de um diálogo, entendido como, em palavras de Freire (1987, p. 79):

É uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.

Assim a comunicação deve se dá de forma a existir respeito e empatia entre os sujeitos engajados, para que haja uma verdadeira interação, que remeta a confluência de atitudes para a confrontação de conflitos e problemas do lugar para o melhor planejamento do ambiente urbano.

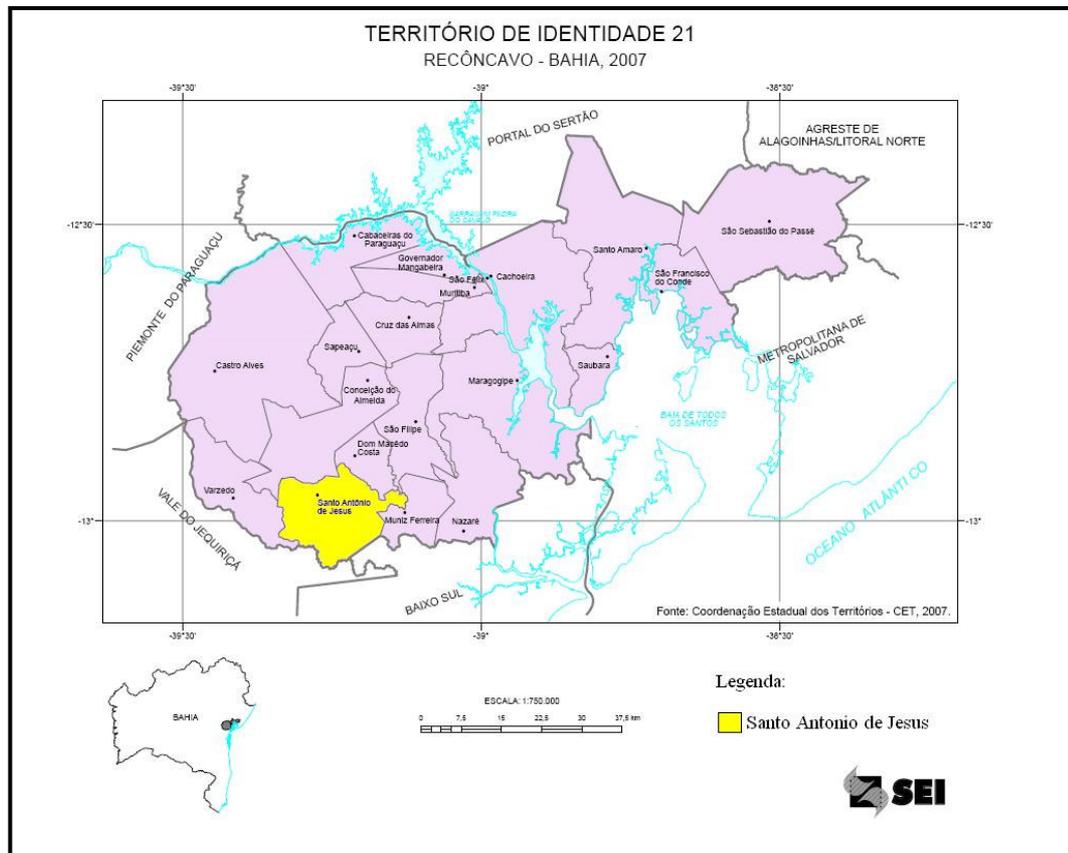
### **3. SANTO ANTONIO E OS ATORES LOCAIS DO BAIRRO JARDIM BAHIA**

O município de Santo Antonio de Jesus tem uma população segundo o IBGE de 2007 de 85.256 habitantes, estes se concentram na zona urbana. O processo de urbanização ocorrido no município revela um espaço dinâmico que historicamente serviu como espaço estratégico de passagem e de escoamento de mercadorias, no passado através da ferrovia, e a partir da década de 70 com a construção da rodovia (BR 101) que auxilia na formação de um comércio interno relevante para a geração de riquezas, sendo atrativo para a região do Recôncavo Baiano. Isso acelera o processo de urbanização, causado principalmente pelo êxodo rural e a aglutinação populacional. (SANTOS, 2002)

Essa aceleração da urbanização não vai ter em seu processo elementos essenciais a formação de uma cidade com um ambiente saudável. O planejamento estatal foi ineficiente ou em alguns casos inexistente na implementação de infra-estrutura e na busca de equidade de equipamentos entre os bairros. Essa realidade reflete a situação precária urbana regional e nacional, de forma marcante com uma inadequada apropriação do espaço e dos recursos naturais que conduziram à degradação ambiental, e principalmente uma segregação espacial contundente. (SANTOS, 2002)

Contudo, as cidades, mesmo com esses aspectos negativos se colocam historicamente como espaços de aglutinação de pessoas e de diversas representações sociais construídas através da interação e dos conflitos advindos da convivência de seus moradores, como expõe Matta (1992, p.384): “A cidade se consolidou, então como centro de convivência e manifestação do interesse e das inter-relações de caráter coletivo, assim como palco privilegiado para construções sociais, disputas, conflitos e testemunho da história comunitária.”

Figura 1- Mapa do Território de Identidade - Recôncavo



Nesse contexto o bairro em estudo compõe um espaço incluído nessa realidade, ele é integrado pela localidade de São Benedito, uma das mais antigas de Santo Antonio de Jesus e fornece diversos serviços à comunidade, principalmente no setor educacional, pois há várias instituições educacionais no bairro, como a UNEB – Campus V. A universidade do Estado da Bahia instalada neste espaço há mais de vinte anos coloca-se como uma importante instituição com uma produção de conhecimento diversificado, e também como formador de educadores contribuindo para o ensino e a criação de projetos na busca de uma educação de qualidade. Com tudo isso, o bairro tem funções e representações relevantes para a cidade.

Para potencializar os atores sócio-espaciais num fórum de debates para a criação de um plano de ação socioambiental com alternativas germinadas na comunicação, fizemos o levantamento das lideranças da comunidade. O primeiro contato deu-se através da investigação e das visitas aqueles atores sociais que influenciam na localidade através de trabalhos sociais. Fizemos visitas a professores, a Associação dos Moradores do Loteamento Jardim Brasil, estes grupos se colocaram a disposição para participar. Além desses, observamos que as lideranças locais mais atuantes são principalmente lideranças religiosas que vinculadas a uma gama de valores fazem trabalhos de cunho comunitário.

De forma representativa analisamos visitas feitas a uma liderança do Candomblé, do Protestantismo e do Catolicismo. Inicialmente chegávamos e apresentávamos a proposta do projeto para então convidá-los a participar do fórum de debate, de forma recorrente esses atores já falavam de problemas que observam no bairro.

Na visita a representante do Candomblé de forma receptiva esse segmento colocou-se a

disposição de participar e expõe as necessidades que observa para o bairro:

Sabe nas festas que faço para num ter briga e violência... faço um ofício e levo na pulícia para garanti que não tenha bagunça, pois sabe né muita gente junta... no bairro a falta de solidariedade é muita...muitos vizinhos reclama de minhas festa, num respeitam sabe...e outra coisa ruim aqui sabe, é o lixo que fica na rua, juntando mosca...rato, isso é que precisa fica melhor aqui. (M.J.\*<sup>3</sup>, 2008)

Analisando sua fala, ela aponta diversos problemas com relação ao respeito a seu culto religioso e a dificuldade de diálogo entre os vizinhos do bairro, e expressa sua preocupação com relação ao lixo, à violência e afirma sua predisposição de participar. Nesta mesma linha um representante do Protestantismo, um pastor adventista local coloca que “essa iniciativa de reunir lideranças do bairro para discutir seus problemas, muito louvável, precisamos mesmo disso aqui. Conheço outras pessoas que se interessariam em fazer parte, pois fazem trabalhos aqui.”(M.F.<sup>4</sup>, 2008)

Esse representante também se coloca a disposição para participar e já pensa em convidar outros membros de sua Igreja para se fazer presente. Outra liderança que representa o segmento católico do bairro expõe:

Estamos à disposição, se eu não puder ir mandarei um representante. Parabenizo a iniciativa da universidade em estar tentando fazer essa ponte entre os moradores para buscar melhorias no bairro. A Igreja já faz vários trabalhos com a comunidade pelas pastorais e vai disponibilizar representantes. Uma coisa que me preocupa bastante é a falta de união na família e na comunidade. Esse bairro tem problemas principalmente com limpeza, pois o lixo fica sujando as ruas, outra coisa que incomoda é a falta de segurança, seria bom tentar ver o que podemos fazer. (E.R.<sup>5</sup>, 2008)

Ao analisarmos as falas dessas lideranças percebemos de forma recorrente a preocupação com a limpeza urbana e a violência, entendendo que a participação cidadã é um importante passo para aproximar segmentos e governo local. Com essa perspectiva promover o contato entre todos esses representantes torna-se um desafio na busca de um desenvolvimento que seja construído incluindo as diversas vozes e demandas da sociedade local, mas entendendo que são sujeitos sociais e históricos que vivenciam e constroem cotidianamente a história e podem viabilizar soluções coletivas á suas problemáticas socioambientais.

A procura por maior dialogicidade entre os atores sociais do bairro direciona-se para a busca do desenvolvimento sustentável, sendo este desenvolvimento relacionado ao progresso material de uma comunidade interligado a uma boa qualidade de vida, em que exista o respeito à natureza, seu aproveitamento, mas também a preservação para que as futuras gerações disponham de um meio ambiente saudável. (Castro e Sousa, 2006)

---

<sup>3</sup> M.J.\*Somente com as iniciais dos entrevistados para resguardar a identidade dos colaboradores da pesquisa. Entrevista cedida à autora em treze de Junho de 2008.

<sup>4</sup> M.F. Entrevista cedida à autora em vinte quatro de Abril de 2008.

<sup>5</sup> E.R, Entrevista cedida à autora em catorze de Abril de 2008.

#### 4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O desenvolvimento local sustentável e a participação cidadã são complementares, um não se dá sem o outro. Nesse intuito é relevante instigar os atores sociais do bairro Jardim Bahia em Santo Antonio de Jesus em um fórum de debates para a comunicação através do estímulo das lideranças e dos moradores locais para potencializar a participação cidadã na comunidade. Com um maior diálogo na comunidade e um melhor planejamento urbano feitos possivelmente com o fórum de debates e do plano de ação, se visualiza uma interação mais efetiva do Estado com a sociedade por meio da motivação advinda do espaço de conhecimento que é a academia, que tem o papel de sociabilizar a produção do conhecimento, nesse estudo com relação à fomentação do desenvolvimento local sustentável e tendo como referencial a Agenda 21.

Em uma dinâmica local que reflete a global, baseada no consumo e na busca de lucros ignorando as diversas demandas sociais e os conflitos advindos das desigualdades do atual modelo de desenvolvimento onde o econômico e as relações de poder díspares ditam os investimentos dos governos, vale salientar que é importante fazer uma profunda reflexão acerca disso na busca do desenvolvimento local sustentável.

Nisso é de fundamental importância analisar a dinâmica dos lugares, nesse caso especificamente a cidade e o bairro em estudo, através do entendimento de como os atores locais imbricados em seu cotidiano e na realidade espacial construída coletivamente, possam enquanto sujeitos históricos agentes de mudanças de suas realidades agir na busca de um ambiente urbano que traga bem estar e contenha aspectos de um desenvolvimento que seja inclusivo tanto quanto aspectos de equidade de renda como com estratégias para aproveitar e conservar o meio ambiente urbano, ou seja, com a sustentabilidade tão propagada na atualidade.

Os desafios e os limites que se expõem no decorrer da pesquisa-ação são parte da construção da pesquisa, posto que, ao interrogar acerca de como os diversos atores sociais podem contribuir para construção de um plano de ação socioambiental, visando o desenvolvimento local sustentável através da participação cidadã, se coloca uma proposta de trabalhar com a comunidade ouvindo e tentando articular os diversos setores, mesmo com os entraves postos pelas dificuldades do exercício do diálogo entre diferentes agentes e demandas, mas que podem ser superados com um efetivo esclarecimento da importância do objetivo de melhorar a realidade em que vivem, sempre a caminho de uma cidadania e de um desenvolvimento com mais equilíbrio.

#### 5. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Sustentabilidade e Desenvolvimento: Modelos, processos e relações.** *Cadernos de Debate*, Rio Janeiro, n.4, 1999.

ANDION, Carolina. **Análise de redes e desenvolvimento local sustentável.** In: RAP. Rio de Janeiro, set/out. 2003. p.1033-1053.

CARLOS, Ana F.A. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

CASTRO, Iná E.de. O poder e o poder político como problemas. In: CASTRO, Iná E.de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand

Brasil, 2005.

CASTRO, Rocío & SANTOS, Ademir Sousa. **Participação cidadã em torno do Dique de Campinas**. In: Revista Metrópole de São Paulo. São Paulo, n 15, 2006.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MATTA, Alfredo E.R. **Transurbanidades e ambientes colaborativos em rede de computadores**. In: Revista da FAEEBA/ Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v.1, n.1(jan./jun.,1992) – Salvador:UNEB,1992.

NOVAES, Washington. **Agenda 21: Um novo modelo de civilização**. In: SIRKIS, Alfredo at all. Meio Ambiente no século 21. Campinas, SP: Armazém Ipê, 2005.

PINSKY, Jaime. **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Miguel C. **O dinamismo urbano e suas implicações regionais: O exemplo de Santo Antonio de Jesus, Bahia**. Salvador: UNEB, 2002

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: Do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **As Dimensões da Participação Cidadã**. In: Caderno CRA. Salvador, n. 26/27, jan./dez. 1997 p.179-209.